

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

Data Entrega: 13/05/2016

Data Referência: 31/03/2016

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil)	31/03/2016
-----------------------	------------

Do Capital Integralizado

Ordinárias	991.431.181
Preferenciais	991.431.181
Total	1.982.862.362

Em Tesouraria

Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2016	31/12/2015
1	Ativo Total	2.385.310	2.418.446
1.01	Ativo Circulante	33.328	87.719
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.772	14.227
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	48.693
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	48.693
1.01.03	Contas a Receber	17.923	16.672
1.01.04	Estoques	3.795	2.661
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.365	3.511
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.473	1.955
1.01.08.03	Outros	2.473	1.955
1.02	Ativo Não Circulante	2.351.982	2.330.727
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	267.633	252.240
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	103.794	89.027
1.02.01.03	Contas a Receber	15.608	15.589
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.608	15.589
1.02.01.06	Tributos Diferidos	147.702	147.095
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	147.702	147.095
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	520	520
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	520	520
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9	9
1.02.03	Imobilizado	12.501	13.614
1.02.04	Intangível	2.071.848	2.064.873
1.01.08.03.01	Adiantamentos Diversos	2.473	1.938
1.01.08.03.02	Partes Relacionadas	0	17

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2016	31/12/2015
2	Passivo Total	2.385.310	2.418.446
2.01	Passivo Circulante	906.065	951.462
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.017	7.542
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.017	7.542
2.01.02	Fornecedores	16.199	17.596
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.814	4.482
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	868.236	910.294
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	843.910	901.721
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	843.910	901.721
2.01.04.02	Debêntures	24.326	8.573
2.01.05	Outras Obrigações	8.799	11.548
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.126	2.438
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.126	2.438
2.01.05.02	Outros	6.673	9.110
2.02	Passivo Não Circulante	1.015.879	990.050
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	896.563	871.823
2.02.01.02	Debêntures	896.563	871.823
2.02.02	Outras Obrigações	143	143
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	143	143
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	143	143
2.02.04	Provisões	71.768	70.136
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.312	2.332
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	742	676
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.570	1.656
2.02.04.02	Outras Provisões	69.456	67.804
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	47.405	47.948
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	47.405	47.948

2.03	Patrimônio Líquido	463.366	476.934
2.03.01	Capital Social Realizado	1.024.000	984.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-560.634	-507.066
2.01.05.02.04	Obrigações Para Direito da Concessão	402	415
2.01.05.02.05	Outros	1.174	1.737
2.01.05.02.06	Receita Diferida	5.097	6.958
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	69.456	67.804
2.02.06.02.01	Receita Diferida	47.405	47.948

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	100.168	73.949
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-74.736	-59.771
3.03	Resultado Bruto	25.432	14.178
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.925	-9.634
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.885	-9.633
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-40	-1
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.507	4.544
3.06	Resultado Financeiro	-68.682	-64.660
3.06.01	Receitas Financeiras	4.293	3.037
3.06.02	Despesas Financeiras	-72.975	-67.697
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-54.175	-60.116
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	607	511
3.08.02	Diferido	607	511
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-53.568	-59.605
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-53.568	-59.605
3.99.01.01	ON	-0,0290	-0,0511
3.99.01.02	PN	-0,0290	-0,0511
3.99.02.01	ON	-0,0290	-0,0511
3.99.02.02	PN	-0,0290	-0,0511

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-53.568	-59.605
4.03	Resultado Abrangente do Período	-53.568	-59.605

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	45.577	36.279
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	38.017	33.542
6.01.01.01	Prejuízo do período antes de imposto de renda e contribuição social	-54.175	-60.116
6.01.01.02	Margem bruta de construção	-289	-120
6.01.01.03	Depreciação e amortização	23.598	22.557
6.01.01.04	Amortização do custo de transação debêntures	50	718
6.01.01.05	Provisão para manutenção	1.652	5.688
6.01.01.06	Provisão para riscos	-20	442
6.01.01.07	Receita diferida	-2.453	-790
6.01.01.08	Variações monetárias,cambiais e encargos	68.520	63.933
6.01.01.09	Prejuízo na baixa de imobilizado e intangível	50	25
6.01.01.10	Provisão para devedores duvidosos	-83	189
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.560	2.737
6.01.02.01	Créditos a receber	-1.169	1.845
6.01.02.02	Estoques	-1.134	527
6.01.02.03	Impostos a recuperar	2.146	918
6.01.02.04	Adiantamentos	-535	153
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-19	-1.684
6.01.02.06	Despesas antecipadas	0	73
6.01.02.07	Fornecedores	9.452	1.573
6.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	-668	-297
6.01.02.09	Salários e encargos sociais a recolher	1.475	205
6.01.02.11	Partes relacionadas	-294	264
6.01.02.12	Outros	-1.180	-1.045
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.851	-47.890
6.02.01	Aplicação Financeira	38.219	-29.773

6.02.02	Aquisição de imobilizado	-209	-989
6.02.03	Aquisição intangível	-39.861	-17.128
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-50.181	-1.758
6.03.01	Aumento de capital	40.000	45.000
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	30.000	0
6.03.03	Juros pagos	-63.682	-20.414
6.03.04	Pagamento de empréstimos	-56.499	-26.344
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-6.455	-13.369
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.227	22.004
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.772	8.635
6.01.01.11	Constituição de outorga variável	1.167	1.016
6.01.02.13	Receita diferida	49	38
6.01.02.14	Outras obrigações e contas a pagar	-563	167

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2016 à 31/03/2016

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	984.000	0	0	-507.066	0	476.934
5.04	Transações de Capital com os Sócios	40.000	0	0	0	0	40.000
5.04.01	Aumentos de Capital	40.000	0	0	0	0	40.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-53.568	0	-53.568
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-53.568	0	-53.568
5.07	Saldos Finais	1.024.000	0	0	-560.634	0	463.366

01/01/2015 à 31/03/2015

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	745.000	0	0	-283.819	0	461.181
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	745.000	0	0	-283.819	0	461.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.000	0	0	0	0	45.000
5.04.01	Aumentos de Capital	45.000	0	0	0	0	45.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-59.605	0	-59.605

5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-59.605	0	-59.605
5.07	Saldos Finais	790.000	0	0	-343.424	0	446.576

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	107.029	79.685
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	77.802	67.731
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	29.144	12.143
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	83	-189
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-51.478	-36.410
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.145	-24.387
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-478	0
7.02.04	Outros	-28.855	-12.023
7.03	Valor Adicionado Bruto	55.551	43.275
7.04	Retenções	-23.598	-22.557
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.598	-22.557
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	31.953	20.718
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.503	3.037
7.06.02	Receitas Financeiras	4.503	3.037
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	36.456	23.755
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	36.456	23.755
7.08.01	Pessoal	8.770	8.740
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.435	6.259
7.08.01.02	Benefícios	1.948	1.976
7.08.01.03	F.G.T.S.	387	499
7.08.01.04	Outros	0	6
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.980	6.727
7.08.02.01	Federais	3.940	3.368
7.08.02.02	Estaduais	247	40
7.08.02.03	Municipais	3.793	3.319
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	73.274	67.893

7.08.03.01	Juros	72.722	67.696
7.08.03.02	Aluguéis	409	193
7.08.03.03	Outras	143	4
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-53.568	-59.605
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-53.568	-59.605
7.02.04.01	Custos de construção	-28.855	-12.023

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2016	31/12/2015
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2016	31/12/2015
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2016 à 31/03/2016

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
-------	-----------	------------------------------	--	-------------------	--------------------------------	-------------------------------	--------------------	------------------------------------	--------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2016 à 31/03/2016	01/01/2015 à 31/03/2015
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

Comentário de Desempenho

31 de Março de 2016



A **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**, (“CART”) ou (“Companhia”), empresa controlada pela INVEPAR Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A., é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

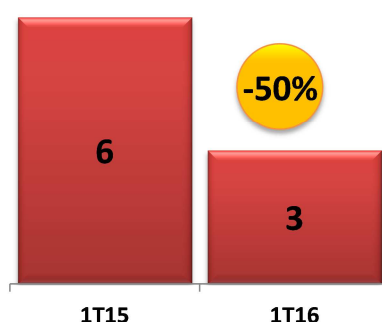
O corredor Raposo Tavares é composto pelas rodovias SP-225 (Rodovia João Baptista Cabral Rennó, no trecho entre Bauru e Santa Cruz do Rio Pardo), SP-327 (Rodovia Orlando Quagliato, que liga Santa Cruz do Rio Pardo a Ourinhos) e SP-270 (Rodovia Raposo Tavares, no trecho entre Ourinhos e Presidente Epitácio) e respectivos acessos.

A administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais, submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Desempenho correspondente às Informações Financeiras Intermediárias referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, acompanhado do relatório de revisão especial dos auditores independentes.

DESTAQUE DO PERÍODO

- **Redução de acidentes com vítima fatal:** Mesmo com o aumento de 0,9% no tráfego de veículos registrados no 1º tri de 2016, quando comparado com o 1º tri de 2015, o Corredor CART registrou uma redução de 50% no volume de acidentes com vítimas fatais. Este resultado é fruto da prestação de serviços eficientes, investimentos em obras de duplicação e modernização, além das ações educativas e do programa de redução de acidentes (PRA).

Qte acidentes com Vítima Fatal



DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	3M16	3M15	Δ%
VEPs	12.846	12.642	1,6%
Veículos Leves	4.095	4.033	1,5%
Veículos Pesados	8.751	8.609	1,7%
Tráfego	6.138	6.084	0,9%
Veículos Leves	4.147	4.084	1,5%
Veículos Pesados	1.887	1.898	-0,6%
Veículos Isentos	104	102	2,1%
Tarifa Média (R\$)	5,86	5,18	13,3%

VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes

- **VEPs** – Nos três meses acumulados de 2016, as praças de pedágio da CART registraram 12,8 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes, 1,6% acima do registrado no mesmo período do ano anterior.

O desempenho do VEP se manteve estável no 1T16 quando comparado com o mesmo período do ano anterior, apesar do desempenho da macroeconomia

abaixo do esperado. O aumento de veículos é atribuído à greve dos caminhoneiros realizada no 1º trimestre de 2015.

- **Tráfego** – De acordo com o índice (“ABCR”), nos três meses acumulados de 2016, no Estado de São Paulo, o tráfego de veículos teve uma redução de -1,9%, em comparação com mesmo período do ano anterior. A companhia apresentou um patamar melhor do que este índice, realizando 0,9% de aumento.

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	3M16	3M15	Δ%
Receita Bruta	106.946	79.874	33,9%
Receitas com Pedágio	75.306	65.423	15,1%
Receitas Acessórias	2.496	2.308	8,1%
Receita de Construção (IFRS)	29.144	12.143	140,0%
Receita Bruta Ajustada¹	77.802	67.731	14,9%
Deduções da Receita Bruta	(6.777)	(5.925)	14,4%
Receita Líquida Ajustada¹	71.025	61.806	14,9%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Nos três meses acumulados de 2016, a CART obteve uma Receita Bruta de R\$ 106,9 milhões, um crescimento de 33,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Parte da Receita Bruta está relacionada à Receita de Construção, advinda das normas de IFRS (R\$ 29,1 milhões). O impacto positivo da Receita de Construção é reflexo do maior volume de obras executadas no período de 2016.

Para efeito de análise, a Receita Líquida Ajustada não contempla os impactos do IFRS (itens não caixa).

Receita Líquida Ajustada (R\$ Mil)	3M16	3M15	Δ%
Receita Líquida Ajustada¹	71.025	61.806	14,9%
Receita com Pedágio	68.759	59.711	15,2%
Receitas Acessórias	2.266	2.095	8,2%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 71,0 milhões, um crescimento de R\$ 9,2 milhões, ou 14,9 % frente ao mesmo período do ano anterior. Os principais impactos foram:

- **Receita com Pedágio** – Representou 96,8% da Receita Líquida Ajustada, com um crescimento de R\$ 9,1 milhões, ou 15,2%, representado principalmente pelo: (i) Reajuste tarifário em 1º de julho de 2015, e reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Pres. Bernardes em 28 de dezembro de 2015 em função da entrega de trecho de duplicação da SP-270; somados, os efeitos foram responsáveis por R\$ 8,1 milhões; (ii) Crescimento de VEPs (Veículos Equivalentes Pagantes) no período, responsáveis pelo aumento de R\$ 1,0 milhão.
- **Receitas Acessórias** – Representou 3,2% da Receita Líquida Ajustada, com aumento de R\$ 0,17 milhão em relação ao mesmo período do ano anterior. Aumento deveu-se pela variação do IPCA na renovação dos contratos.

CUSTOS & DESPESAS

Custos & Despesas (R\$ Mil)	3M16	3M15	Δ%
Custos & Despesas Operacionais	(85.661)	(69.406)	23,4%
Pessoal	(8.770)	(8.740)	0,3%
Conservação & Manutenção	(6.025)	(6.153)	-2,1%
Operacionais	(9.604)	(8.360)	14,9%
Outorga Variável	(1.167)	(1.016)	14,9%
Despesas Administrativas	(5.991)	(4.868)	23,1%
Custo de Construção (IFRS)	(28.855)	(12.023)	140,0%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(1.652)	(5.689)	-71,0%
Depreciação & Amortização	(23.597)	(22.557)	4,6%
Custos & Despesas Operacionais Ajustado¹	(55.154)	(51.694)	6,7%

¹ Desconsidera os impttos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Nos três meses acumulados de 2016, os Custos & Despesas Operacionais totalizaram R\$ 85,7 milhões. Incluído neste valor estão R\$ 28,9 milhões de Custo de Construção e R\$ 1,7 milhões de Provisão de Manutenção, ambos relacionados ao IFRS. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, houve um aumento no valor do Custo de Construção, que a exemplo da Receita de Construção (já citada anteriormente), está impactado pelo maior volume de obras executadas no período de 2016. A Provisão de Manutenção reflete as expectativas mais atualizadas da

Companhia para gastos com a futura restauração do pavimento após o término da sua vida útil.

Para efeito de análise, os Custos & Despesas Operacionais Ajustados não contemplam estes valores.

Os Custos & Despesas Operacionais Ajustado somaram R\$ 55,2 milhões no período, um aumento de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A inflação pelo IPCA no mesmo período foi de 9,39%. As principais variações nominais ocorreram nas naturezas Operacionais, Despesas Administrativas e Depreciação & Amortização.

EBITDA & MARGEM EBITDA

EBITDA & Margem EBITDA (R\$ Mil)	3M16	3M15	Δ%
Receita Bruta	106.946	79.874	33,9%
Receita Líquida	100.169	73.949	35,5%
Custos Operacionais	(74.736)	(59.771)	25,0%
Lucro Bruto	25.433	14.178	79,4%
Despesas Gerais & Administrativas	(10.885)	(9.634)	13,0%
EBIT	14.548	4.544	220,2%
(+) Depreciação & Amortização	23.597	22.557	4,6%
EBITDA ¹	38.145	27.101	40,8%
Margem EBITDA ¹	38,1%	36,6%	1,4 p.ps
Ajustes	1.363	5.569	-75,5%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(29.144)	(12.143)	140,0%
(+) Custo de Construção (IFRS)	28.855	12.023	140,0%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	1.652	5.689	-71,0%
EBITDA Ajustado ²	39.508	32.670	20,9%
Margem EBITDA Ajustado ²	55,6%	52,9%	2,8 p.ps

¹ Instrução CVM Nº527/12;

² Desconsidera os impttos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA, considerando os impactos do IFRS, totalizou R\$ 38,1 milhões nos três meses acumulados de 2016, um aumento de 40,8% em relação ao mesmo período de 2015. Houve uma variação positiva de 1,4 p.ps na Margem EBITDA, reflexo do aumento da Receita Operacional; e da Receita e Custo de Construção; conforme já citados.

O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 39,5 milhões, com uma Margem EBITDA Ajustado de 55,6%; uma variação positiva de 2,8 p.ps. no período em comparação.

O EBITDA Ajustado é calculado desconsiderando os valores de Receita e Custo de Construção e Provisão de Manutenção, introduzidos pela adoção do IFRS.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	3M16	3M15	Δ%
Resultado Financeiro	(68.660)	(64.660)	6,2%
Receitas Financeiras	4.315	3.037	42,1%
Juros sobre Aplicações Financeiras	4.199	2.946	42,5%
Outros	116	91	27,5%
Despesas Financeiras	(72.975)	(67.697)	7,8%
Juros sobre Despesas Financeiras	(33.950)	(32.226)	5,3%
Variações Cambiais e Monetárias	(38.914)	(35.372)	10,0%
Comissões e despesas bancárias	(104)	(96)	8,3%
Outros	(7)	(3)	133,3%

Nos três meses acumulados de 2016, o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 73,0 milhões de despesas líquidas, um aumento de 7,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação ocorreu principalmente em razão dos maiores dispêndios de Despesas Financeiras vinculadas ao financiamento do CAPEX da Companhia.

PREJUÍZO LÍQUIDO

Resultado Líquido (R\$ Mil)	3M16	3M15	Δ%
Lucro / Prejuízo Líquido	(53.568)	(59.605)	-10,1%

O somatório de fatores citados anteriormente resultou em um Prejuízo Líquido de R\$ 53,6 milhões.

DISPONIBILIDADES & ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil)	3M16	3M15	Δ%
Dívida Líquida	(1.622.653)	(1.627.027)	-0,3%
Disponibilidades	111.566	110.522	0,9%
Caixa e Equivalente de Caixa	7.772	8.635	-10,0%
Aplicações Financeiras	103.794	101.887	1,9%
Dívida Bruta	1.734.219	1.737.549	-0,2%
Curto Prazo	837.656	144.669	479,0%
Empréstimos e Financiamentos	813.330	124.417	553,7%
Debêntures	25.505	23.202	9,9%
(-) Encargos Financeiros	(1.179)	(2.950)	-60,0%
Longo Prazo	896.563	1.592.880	-43,7%
Empréstimos e Financiamentos	-	778.690	n/a
Debêntures	946.343	864.259	9,5%
(-) Encargos Financeiros	(49.780)	(50.069)	-0,6%
Dívida Líquida Ajustada	(1.672.433)	(1.677.096)	-0,3%

Dívida Líquida Ajustada = Não considera o efeito contábil da apropriação dos Encargos Financeiros.

A CART encerrou o 1º trimestre de 2016 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras de R\$ 111,6 milhões, 0,9% maior em relação ao montante disponível no final de março de 2015.

A dívida bruta da Companhia se manteve no patamar de R\$ 1,7 bilhão no período. O perfil do endividamento sofreu alteração, e o montante da dívida com vencimento no longo prazo representou 51,7% (91,7% no 1º trimestre de 2015), conforme explicação a seguir:

Os contratos de dívida da Companhia (Contrato de Financiamento com o BNDES e Escritura de Debêntures) estabelecem o cumprimento de alguns índices financeiros pela Companhia, dentre eles o índice Patrimônio Líquido/Ativo Total > 20% (vinte por cento).

Em 31 de dezembro de 2015 o índice financeiro Patrimônio Líquido/Ativo Total da Companhia foi de 19,72%, portanto, inferior ao estabelecido. O contrato de financiamento com o BNDES não prevê sanções pelo não atendimento do índice, incluindo o vencimento antecipado.

Por não haver prazo de cura estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, assim como ocorre na Escritura de Debêntures, a Companhia, conservadoramente, transferiu todo o saldo da dívida do referido contrato para o Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2015, posição que se manteve no Balanço Patrimonial de 31 de março de 2016. A Controladora da Companhia realizou até 12 de abril de 2016, aportes de capital no montante de R\$ 51,0 milhões, reestabelecendo o índice ao exigido no contrato de financiamento, conforme demonstrado abaixo:

COVENANT: PL/AT > 20,00%	PL/AT Inicial	PL/AT Ajustado ¹	Reestabelecimento do Índice		
	31/12/2015	31/12/2015			
Patrimônio Líquido	496.195	476.934	511.934	516.934	527.934
Ativo Total	2.437.707	2.418.446	2.453.446	2.458.446	2.469.446
PL/AT	20,35%	19,72%	20,87%	21,03%	21,38%
Eventos posteriores a 31/12/2015		31/03/2016	15/03/2016	28/03/2016	12/04/2016
Ajustes contábeis na data-base 31/12/2015 ¹		- 19.261	-	-	-
Aumento de Capital ²		-	35.000	5.000	11.000

¹ Ajustes recomendados pelos auditores independentes ao final do período de revisão das demonstrações financeiras da Companhia. Refere-se a baixa de valores do ativo intangível decorrentes de custos adicionais com o refazimento de serviços oriundos do Contrato de Construção da Companhia.

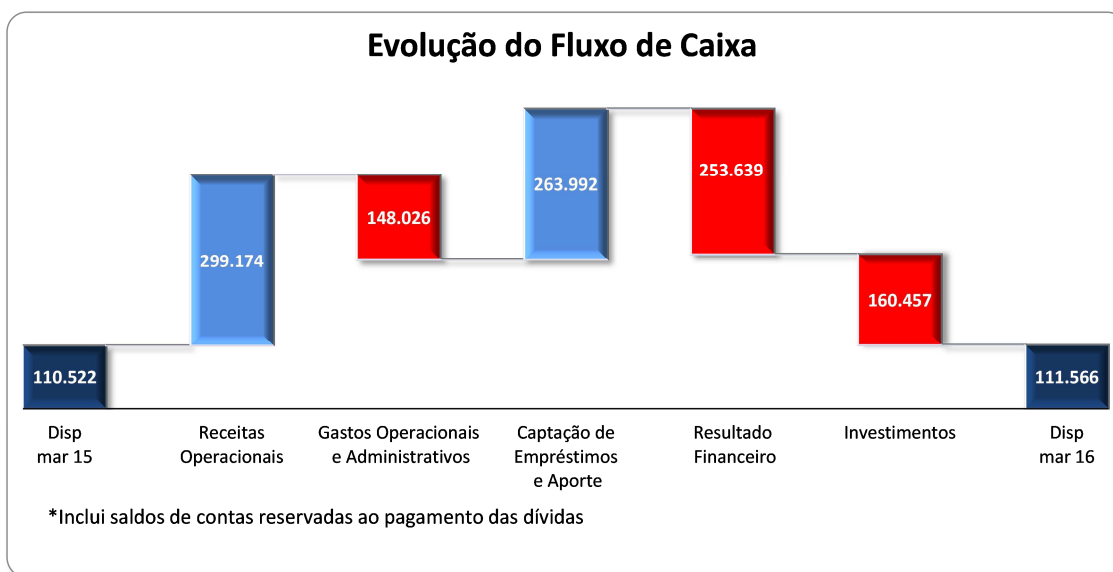
Em suma, com a cura já realizada, não há qualquer hipótese de vencimento antecipado e, portanto, nos próximos períodos a Companhia voltará a registrar no Passivo Não Circulante a parcela da dívida do contrato de financiamento com o BNDES vincenda no Longo Prazo.

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	3M16	3M15	Δ%
Investimento Total	25.431	17.147	48,3%
Imobilizado	209	991	-78,9%
Intangível	29.301	20.294	44,4%
Software e Outros	157	70	124,3%
Direito de Concessão (Investimento)	29.144	20.224	44,1%
(-) Transação Não Caixa	(3.790)	(3.536)	7,2%
(-) Margem de Construção	(289)	(602)	-52,0%

No período em comparação, houve um aumento de 48,3% nos investimentos da Companhia. No total, foram investidos R\$ 25,4 milhões nos primeiros três meses de 2016, destinados principalmente para a execução de obras de duplicação e de ampliação/melhorias de dispositivos (pontes e viadutos).

FLUXO DE CAIXA



A disponibilidade da Companhia ao final de março de 2016 foi de R\$ 111,6 milhões, 0,94% maior em relação ao montante disponível em março de 2015. O aumento é consequência do saldo positivo gerado nas Atividades Operacionais (R\$ 151,1 milhões), Atividades de Financiamento (R\$ 10,4 milhões), atenuado pelo caixa destinado às Atividades de Investimentos (-R\$ 160,5 milhões).

CONSIDERAÇÕES

Em 24 de junho de 2013 o Governo do Estado de São Paulo autorizou os reajustes dos contratos de concessão das rodovias estaduais, a partir de 1º de julho de 2013. Porém, comunicou sua decisão de não repassar os valores dos reajustes aos usuários das rodovias. O Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, declarou à época que as condições dos contratos de concessão seriam mantidas, reafirmando a parceria do Estado com a iniciativa privada.

Como forma de compensar parte dos impactos desta decisão, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes e da Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), deliberou:

- Pela redução de 50% do percentual pago pelas concessionárias a título de ônus variável incidente sobre a receita total arrecadada (de 3% para 1,5%);
- Pelo estabelecimento de cobrança da tarifa de pedágio de todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pela Praça de Pedágio (chamados de “eixos suspensos”).

O percentual de reajuste tarifário de 2013, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 6,5%. As medidas mencionadas não têm se mostrado suficientes para compensar o desequilíbrio econômico-financeiro causado pelo não reajuste da tarifa.

De acordo com a deliberação da ARTESP publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 28 de Junho de 2014, foi autorizado a partir de 1º de Julho de 2014 o reajuste de 5,98% às tarifas de pedágio para as rodovias administradas pela Companhia, sendo este 0,39 p.p. inferior ao percentual de reajuste tarifário de 2014, medido pelo IPCA.

A Companhia vem discutindo junto a ARTESP a respeito do reajuste concedido, onde a avaliação das taxas de crescimento por categoria vem sendo acompanhadas em conjunto com a Agência, no sentido de garantir o equilíbrio financeiro da compensação

através da cobrança de eixo suspenso e a aplicação do índice de correção previsto no contrato de concessão.

Em 2015, o reajuste ocorreu da forma prevista no Contrato de Concessão, sendo repassado às tarifas de pedágio o percentual integral do IPCA, que foi de 8,47%.

Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART

*Demonstrações Financeiras Intermediárias
Referentes ao período de três meses findos
em 31 de Março de 2016 e Relatório de
Revisão de Informações Trimestrais
Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016 - NÃO AUDITADO (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1) Operações da Companhia

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (Invepar).

Em 31 de março de 2016, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$ 872.737 (R\$ 863.743 em 31 de dezembro de 2015), causado principalmente pela transferência da dívida do longo prazo para o curto prazo. Em 31 de março de 2016 o índice financeiro é de 19,43% (19,72% em 31 de dezembro de 2015). O contrato de financiamento com o BNDES não prevê sanções pelo não atendimento do índice, incluindo o vencimento antecipado. Por não haver prazo de cura estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, assim como ocorre na escritura de debentures (nota 10), a Companhia, conservadoramente, optou por transferir todo o saldo da dívida do referido contrato para o Passivo Circulante.

A Administração da CART e da INVEPAR tem atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e na melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

1.2) Diligência em Acionista e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da Investimento e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a construtora OAS, responsável pelo contrato de construção da rodovia, detalhado na nota explicativa 12 – parte relacionadas.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objeto dos mandados em questão (i) foi relacionado a temas específicos, entre eles, fatos relacionados ao acionista indireto OAS, que se encontra sob investigação no âmbito da operação "lava jato"; (ii) não continham nenhuma referência às concessões e atividades da Invepar ou demais controladas; e (iii) a controladora divulgou fato relevante em 12 de abril de 2016 esclarecendo os referidos acontecimentos ao mercado. A administração da CART entende que não há qualquer indício que a Companhia venha a ser afetada pelos resultados das referidas investigações

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de maio de 2016 pela Administração da Companhia, compreendem:

As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB*.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas na imprensa oficial em 15 de abril de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

2.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- Modificações a IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola.
- Modificações a IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos aceitos de Depreciação e Amortização.
- Modificações à IFRS 11 – Contabilização para aquisições de Participações em Operações em Conjunto.
- Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de Investimento: Aplicação da Isenção para Consolidação.
- Modificações à IFRS 10 e IAS 28 – Margem de venda de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture*.
- Modificações a IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das Demonstrações Financeiras.
- IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas – determina a contabilização de saldos de contas regulatórias diferidas referente ao mercado em que a tarifa é regulada.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2016:

- IFRS 5 – Ativos Disponíveis para Venda em Operações Descontinuadas – introduz tópicos específicos em relação à contabilização de ativos mantidos para venda e a apresentação e divulgação de operações descontinuadas.
- IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (com alterações refletidas na IFRS 1) – fornece orientação adicional para esclarecer se um contrato de prestação de serviços de manutenção é considerado continuidade do envolvimento em um ativo transferido para a finalidade das divulgações exigidas em relação aos ativos transferidos.
- IAS 19 – Benefício a empregados – esclarece que a taxa de desconto usada nas obrigações de benefícios pós- emprego deve ser determinada por referência aos rendimentos de títulos corporativos de alta qualidade no final do período.
- IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias – as alterações esclarecem as exigências relativas à informação requerida pelo parágrafo 16ª da IAS 34, que é apresentado em outros lugares dentro do relatório financeiro intermediário, mas fora das demonstrações financeiras intermediárias.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

d) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – *Leasing* – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações financeiras trimestrais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	1.357	2.082
Operações compromissadas em debêntures	<u>6.415</u>	<u>12.145</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>7.772</u>	<u>14.227</u>

Aplicações financeiras consideradas como equivalente de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aquisições.

As aplicações compromissadas são classificadas como recebíveis remunerados por taxas que variam de 80% até 101,5% do CDI.

4. APLICAÇÃO FINANCEIRA

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	9.468
Operações compromissadas em debêntures	-	39.225
Operações compromissadas (conta reserva BNDES/Debenturistas)	<u>103.794</u>	<u>89.027</u>
Total das aplicações financeiras	<u>103.794</u>	<u>137.720</u>
Circulante	-	48.693
Não circulante	103.794	89.027

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, lastreadas por operações compromissadas em Debêntures e Certificados de Depósito Bancário - CDB, indexados a taxa de 80,0% a 102% a do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

As aplicações financeiras no montante de R\$80.603 em 31 de março de 2016 (R\$ 83.113 em 31 de dezembro de 2015) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.”

As aplicações financeiras no montante de R\$23.191 em 31 de março de 2016 (R\$5.914 em 31 de dezembro de 2015) foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AVI (*)	16.645	15.757
CIELO - Vale pedágio	906	814
DBTRANS - Vale pedágio	255	124
Outros	1.290	1.233
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) (**)	<u>(1.173)</u>	<u>(1.256)</u>
Total	<u>17.923</u>	<u>16.672</u>

(*) Contas a receber referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 31 de março de 2016, não havia valores vencidos nos créditos a receber da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 21 dias.

(**) As perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração os valores das receitas de evasões de pedágio e transações rejeitadas (parcela sem perspectiva de recebimento). É reconhecido como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos seis meses do reconhecimento do crédito. São consideradas em PCLD valores vencidos a mais de 30 dias referentes a violadores, compensações de passagens e perdas relativas à pista AVI.

	<u>Total</u>	<u>(PCLD)</u>	Saldo a vencer e sem perda por redução ao <u>valor recuperável</u>	Vencido entre <u>30 - 180 dias</u>
31 de março de 2016	19.096	(1.173)	17.923	1.173
31 de dezembro de 2015	17.928	(1.256)	16.672	1.256

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo no início do período	(1.256)	(626)
Adições	(459)	(2.701)
Reversões	<u>542</u>	<u>2.071</u>
Saldo no fim do período	<u>(1.173)</u>	<u>(1.256)</u>

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	<u>Balanco patrimonial</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	(209.787)	(209.787)
Margem de construção (*)	9.712	9.817
Provisão de manutenção (*)	(16.911)	(16.911)
Amortização de outorga (*)	53.317	53.896
Custo de captação de debentures (*)	17.325	17.343
Provisões não dedutíveis	(948)	(948)
Provisão de participações nos lucros	(404)	(404)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	(341)	(341)
Provisão para riscos	(284)	(284)
Margem de construção (lei 12.973)	<u>619</u>	<u>524</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>147.702</u>	<u>147.095</u>
Impostos diferidos – ativo	228.675	228.675
Impostos diferidos – passivo	(80.973)	(81.580)

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre margem de construção, amortização de outorga fiscal e provisão de manutenção, estão sendo amortizados em quotas fixas mensais pelo prazo de conclusão da obra, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre os encargos financeiros incorridos da captação das Debêntures, estão sendo amortizados pelo prazo do financiamento. O impacto, em 2016, mensal dessas amortizações é R\$234.

A Companhia não constituiu, até março de 2016, IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias no montante de R\$ 89.770.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>2016</u>
2019	3.258
2020 a 2022	65.125
2023 a 2026	<u>160.292</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	228.675
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(80.973)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>147.702</u>

b) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO DO PERÍODO

	<u>Resultado</u>	
	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(54.175)	(60.116)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>18.420</u>	<u>20.439</u>
Ajustes no prejuízo que afetaram o resultado do período:		
Adições permanentes	(944)	(285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(16.869)	(19.684)
Outros	-	41
Total do imposto de renda e da contribuição social diferido do período	<u>607</u>	<u>511</u>

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973 que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passou a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exercesse tal opção. Dentre os dispositivos, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Concessionária optou por adotar a Lei 12.973/14 a partir de janeiro de 2015 e não houve impacto relevante nas informações financeiras trimestrais.

c) Impostos a recuperar

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social	348	-
IRRF sobre aplicações financeiras	<u>1.017</u>	<u>3.511</u>
Total	<u>1.365</u>	<u>3.511</u>

d) Impostos a recolher

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
PIS e COFINS	1.097	1.143
ISS	1.841	2.063
IRRF e CSRF	630	996
INSS sobre terceiros	<u>246</u>	<u>280</u>
Total	<u>3.814</u>	<u>4.482</u>

7. IMOBILIZADO

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/03/2016</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	25	164	-	-	164
Máquinas e equipamentos	5	5.809	186	-	5.995
Móveis e utensílios	5	3.995	-	(116)	3.879
Veículos	5	3.546	-	-	3.546
Equipamentos de informática	5	38.741	23	(58)	38.706
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>
		52.575	209	(174)	52.610

<u>Depreciação</u>					
Instalações		(25)	(2)	-	(27)
Máquinas e equipamentos		(3.847)	(223)	-	(4.070)
Móveis e utensílios		(2.974)	(114)	115	(2.973)
Veículos		(1.439)	(165)	-	(1.604)
Equipamentos de informática		(30.404)	(812)	58	(31.158)
Ferramentas e aparelhos		<u>(272)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>(277)</u>
		<u>(38.961)</u>	<u>(1.321)</u>	<u>173</u>	<u>(40.109)</u>
Imobilizado líquido		<u>13.614</u>	<u>(1.112)</u>	<u>(1)</u>	<u>12.501</u>

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
<u>Custo</u>					
Instalações	25	165	-	(1)	164
Máquinas e equipamentos	5	4.766	1.053	(10)	5.809
Móveis e utensílios	5	4.127	122	(254)	3.995
Veículos	5	3.604	147	(205)	3.546
Equipamentos de informática	5	35.119	3.631	(9)	38.741
Ferramentas e aparelhos	5	<u>320</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>320</u>
		48.101	4.953	(479)	52.575

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>
<u>Depreciação</u>					
Instalações		(18)	(7)	-	(25)
Máquinas e equipamentos		(3.000)	(857)	10	(3.847)
Móveis e utensílios		(2.732)	(495)	253	(2.974)
Veículos		(837)	(685)	83	(1.439)
Equipamentos de informática		(27.059)	(3.351)	6	(30.404)
Ferramentas e aparelhos		<u>(244)</u>	<u>(28)</u>	<u>-</u>	<u>(272)</u>
		<u>(33.890)</u>	<u>(5.423)</u>	<u>352</u>	<u>(38.961)</u>
Imobilizado líquido		<u>14.211</u>	<u>(470)</u>	<u>(127)</u>	<u>13.614</u>

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

8. INTANGÍVEL

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/03/2016</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	9.483	157	-	9.640
Marcas e patentes	10	20	-	-	20
Direito de concessão	(*)	1.786.797	29.144	(57)	1.815.884
Outorga fixa	(*)	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		2.430.300	29.301	(57)	2.459.544
<u>Amortização</u>					
Software		(6.513)	(293)	-	(6.806)
Marcas e patentes		(10)	(1)	-	(11)
Direito de concessão		(215.938)	(16.700)	8	(232.630)
Outorga fixa		<u>(142.966)</u>	<u>(5.283)</u>	<u>-</u>	<u>(148.249)</u>
Amortização acumulada		<u>(365.427)</u>	<u>(22.277)</u>	<u>8</u>	<u>(387.696)</u>
Intangível, líquido		<u>2.064.873</u>	<u>7.024</u>	<u>(49)</u>	<u>2.071.848</u>

	<u>Vida útil</u> <u>em anos</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>
<u>Custo</u>					
Software	5	8.513	970	-	9.483
Marcas e patentes	10	42	-	(22)	20
Direito de concessão	(*)	1.653.379	156.827	(23.409)	1.786.797
Outorga fixa	(*)	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		2.295.933	157.797	(23.431)	2.430.300

Amortização				
Software	(5.356)	(1.157)	-	(6.513)
Marcas e patentes	(8)	(2)	-	(10)
Direito de concessão	(154.188)	(63.907)	2.157	(215.938)
Outorga fixa	<u>(121.833)</u>	<u>(21.133)</u>	<u>-</u>	<u>(142.966)</u>
Amortização acumulada	<u>(281.385)</u>	<u>(86.199)</u>	<u>2.157</u>	<u>(365.427)</u>
Intangível, líquido	<u>2.014.548</u>	<u>71.598</u>	<u>(21.274)</u>	<u>2.064.873</u>

(*) Prazo remanescente da concessão contado a partir da data de operação do ativo.

O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Perdas por Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Captação</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Juros Pagos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>31/03/2016</u>
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	521.006	-	(19.605)	(10.568)	10.504	1.803	503.140
Sênior - BNDES - IPCA	380.715	-	(36.894)	(53.114)	9.304	10.179	310.190
Conta garantida - Bradesco	<u>-</u>	<u>30.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>580</u>	<u>-</u>	<u>30.580</u>
Total	<u>901.721</u>	<u>30.000</u>	<u>(56.499)</u>	<u>(63.682)</u>	<u>20.388</u>	<u>11.982</u>	<u>843.910</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Juros Pagos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	67.228	(65.421)	(45.003)	44.930	303	518.969	521.006
Sênior - BNDES - IPCA	<u>32.443</u>	<u>(11.056)</u>	<u>(9.314)</u>	<u>33.424</u>	<u>4.850</u>	<u>330.368</u>	<u>380.715</u>
Total	<u>99.671</u>	<u>(76.477)</u>	<u>(54.317)</u>	<u>78.354</u>	<u>5.153</u>	<u>849.337</u>	<u>901.721</u>
Passivo não circulante							
Sênior - BNDES - TJLP	517.263	-	-	-	1.706	(518.969)	-
Sênior - BNDES - IPCA	<u>302.488</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.880</u>	<u>(330.368)</u>	<u>-</u>
Total	<u>819.751</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.586</u>	<u>(849.337)</u>	<u>-</u>

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2016</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	207.091
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	98.549
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	44.214
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	153.285
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	86.128
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>224.063</u>
Total				<u>813.330</u>
Parcelas do circulante				813.330

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	216.678
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	101.708
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	45.631
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	156.988
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2023	102.142
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	<u>278.574</u>
Total				<u>901.721</u>
Parcelas do circulante				901.721

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA.

1 - BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para quitação do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938.

Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incidem juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados foram feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de março de 2016 (R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2015), restando um saldo a liberar de R\$12.755.

A liberação total aprovada representa R\$1.052.242 e está segregada em subcréditos conforme descrito abaixo:

Subcrédito		Valor (R\$)	Prazo	Taxa juros
A	TJLP	377.575	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2011	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 1	TJLP	1.787	109 parcelas mensais a partir de 15/03/2012	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 2	TJLP	9.817	114 parcelas mensais a partir de 15/09/2011	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
C	TJLP	174.285	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2013	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
D	TJLP	15.310	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2013	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 1	TRB*	11.077	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 2	TRB*	12.124	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 3	TRB*	15.363	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 4	TRB*	10.227	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 5	TRB*	6.388	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 6	TRB*	25.784	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 7	TRB*	44.048	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 8	TRB*	17.753	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
E	TJLP	138.839	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2015	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
F	TJLP	33.988	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2015	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 1	TRB*	19.575	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 2	TRB*	28.159	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 3	TRB*	34.354	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 4	TRB*	38.316	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 5	TRB*	15.454	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 6	TRB*	22.019	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
		<u>1.052.242</u>		

(*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

Cláusulas restritivas

Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, semestralmente junto com as demonstrações financeiras auditadas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

2 - Conta Garantida

A Companhia possui conta garantida no Bradesco no limite de R\$30.000, sobre o montante da dívida incidem juros à taxa CDI + 0,5% a.m. Em 31 de março de 2016, o montante no passivo circulante é de R\$30.580.

10. DEBÊNTURES

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Juros Incorridos</u>	<u>Varição monetária</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/03/2016</u>
Passivo circulante						
Debêntures	11.628	-	13.511	366	-	25.505
Custos a amortizar	<u>(3.055)</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.826</u>	<u>(1.179)</u>
Total	<u>8.573</u>	<u>50</u>	<u>13.511</u>	<u>366</u>	<u>1.826</u>	<u>24.326</u>
Passivo não circulante						
Debêntures	919.777	-	-	26.566	-	946.343
Custos a amortizar	<u>(47.954)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.826)</u>	<u>(49.780)</u>
Total	<u>871.823</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.566</u>	<u>(1.826)</u>	<u>896.563</u>
<u>Objeto</u>		<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>		<u>31/03/2016</u>
Debenturistas - Série 1		IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024		492.239
Debenturistas - Série 2		IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024		479.609
(-) Custos de transação - Debêntures						<u>(50.959)</u>
Total						<u>920.889</u>
Parcelas do circulante						24.326
Parcelas do não circulante						896.563

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Custo de captação incorrido</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Juros Incorridos</u>	<u>Varição monetária</u>	<u>Amortização Principal</u>	<u>Amortização Juros</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo circulante									
Debêntures	10.624	-	-	50.744	10.141	(9.340)	(54.864)	4.323	11.628
Custos a amortizar	<u>(3.428)</u>	<u>(10)</u>	<u>2.997</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.614)</u>	<u>(3.055)</u>
Total	<u>7.196</u>	<u>(10)</u>	<u>2.997</u>	<u>50.744</u>	<u>10.141</u>	<u>(9.340)</u>	<u>(54.864)</u>	<u>1.709</u>	<u>8.573</u>
Passivo não circulante									
Debêntures	840.400	-	-	-	83.700	-	-	(4.323)	919.777
Custos a amortizar	<u>(50.309)</u>	<u>(259)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.614</u>	<u>(47.954)</u>
Total	<u>790.091</u>	<u>(259)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>83.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.709)</u>	<u>871.823</u>

<u>Objeto</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2015</u>
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	471.882
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	459.523
(-) Custos de transação - Debêntures				<u>(51.009)</u>
Total				<u>880.396</u>
Parcelas do circulante				8.573
Parcelas do não circulante				871.823

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 31 de março de 2016.

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2017	16.230
2018	14.262
2019	13.181
2020	40.911
2021	107.518
2022 em diante	<u>704.461</u>
	<u>896.563</u>

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a instrução CVM nº 400.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de março de 2016 é de R\$50.959 (R\$51.009 em 31 de dezembro de 2015).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

<u>Exercícios</u>	<u>Valor</u>
2016	(1.179)
2017	(3.085)
2018	(5.053)
2019	(6.134)
2020	(7.371)
2021	(8.361)
2022	(8.401)
2023 a 2024	<u>(11.374)</u>
	<u>(50.959)</u>

Cláusulas restritivas

Conforme contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = ⁽¹⁾EBITDA ajustado/(amortizações + ⁽²⁾ juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): ≥ 1,2.

⁽¹⁾ O EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital).

⁽²⁾ Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo.

11. PROVISÃO PARA RISCOS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

<u>Natureza</u>	31/03/2016			
	Probabilidade de perda			
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	742	14.026	40	14.808
Cíveis	<u>1.570</u>	<u>26.240</u>	<u>150</u>	<u>27.960</u>
	<u>2.312</u>	<u>40.266</u>	<u>190</u>	<u>42.768</u>

<u>Natureza</u>	31/12/2015			
	Probabilidade de perda			
	<u>Provável</u>	<u>Possível</u>	<u>Remota</u>	<u>Total</u>
Trabalhistas	676	12.820	38	13.534
Cíveis	<u>1.656</u>	<u>24.794</u>	<u>45</u>	<u>26.495</u>
	<u>2.332</u>	<u>37.614</u>	<u>83</u>	<u>40.029</u>

b) Movimentação dos riscos prováveis

	Saldo inicial <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão</u>	Saldo final <u>31/03/2016</u>
Trabalhistas	676	66	-	742
Cíveis	<u>1.656</u>	-	<u>(86)</u>	<u>1.570</u>
Total	<u>2.332</u>	<u>66</u>	<u>(86)</u>	<u>2.312</u>

	Saldo inicial <u>31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	Saldo final <u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	610	292	(226)	676
Cíveis	<u>234</u>	<u>1.450</u>	<u>(28)</u>	<u>1.656</u>
Total	<u>844</u>	<u>1.742</u>	<u>(254)</u>	<u>2.332</u>

Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$742 em 31 de março de 2016 (R\$676 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também possui ações de naturezas trabalhistas, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado R\$14.026 em 31 de março de 2016 (R\$12.820 em 31 de dezembro de 2015).

Contingências cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$1.570 em 31 de março de 2016 (R\$1.656 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também possui ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado em R\$26.240 em 31 de março de 2016 (R\$24.794 em 31 de dezembro de 2015).

- Ação civil pública

- a) Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um

inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna.

Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de março de 2016 é de R\$ 11.499.

- b) Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação civil pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Óleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente.

Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi deferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume exacerbado de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Óleo, sob pena de multa diária de R\$ 3.000,00, bem como especificar provas pelas partes.

O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 31 de março de 2016 é de R\$ 2.322.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras trimestrais.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da lei das sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

			31/03/2016				Resultado (custo)
<u>Transação</u>	<u>Relação da parte com a Companhia</u>		<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>		
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio	Nota de débito	Ligada	-	-	100	-	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Ligada	-	-	41	-	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Ligada	-	-	2	-	-
GRU Airport	Nota de débito	Ligada	520	-	-	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (a)	Nota de débito	Controladora	-	<u>2.126</u>	-	<u>(2.166)</u>	
			<u>520</u>	<u>2.126</u>	<u>143</u>	<u>(2.166)</u>	

			31/12/2015				31/03/2015
<u>Transação</u>	<u>Relação da parte com a Companhia</u>		<u>Ativo não circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Resultado (custo)</u>
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio	Nota de débito	Ligada	-	-	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Nota de débito	Ligada	-	-	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Nota de débito	Ligada	-	-	-	2	-
GRU Airport	Nota de débito	Ligada	-	520	-	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (a)	Nota de débito	Controladora	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>2.438</u>	<u>-</u>	<u>(2.019)</u>
			<u>17</u>	<u>520</u>	<u>2.438</u>	<u>143</u>	<u>(2.019)</u>

(a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Serviços de construção

Em 5 de março de 2009, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada OAS S.A., o contrato de execução de obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

O prazo previsto foi de cinco anos e execução dos serviços sob o regime de empreitada com preço global de R\$1.078.096, reajustado a cada período de doze meses conforme fórmula paramétrica que apura o índice de reajuste levando em consideração a variação dos custos quando comparados com a data-base da proposta constante no contrato. Excepcionalmente, independente do reajuste que será auferido com a aplicação desta fórmula, os preços contratuais serão reajustados sempre que esta variação indicar o percentual igual ou superior à meta inflacionária divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de maio de 2014 as partes celebraram um aditivo prorrogando o prazo do contrato de execução de obras por 12 meses, o que gerou um incremento de R\$44.057 na data-base do aditivo.

Durante o exercício de 2015 e no primeiro trimestre de 2016, não houve execução de obras no âmbito do contrato de execução de obras civis. Em 31 de março de 2016, a Companhia não possui saldos decorrentes de serviços executados a serem pagos à OAS S.A., bem como não houve qualquer pagamento feito ao longo do período.

O Grupo OAS ajuizou, em 31.03.2015, o Processo de Recuperação Judicial em nome de 10 (dez) empresas do Grupo, dentre elas a OAS Infraestrutura S/A e a Construtora OAS S/A, acionistas integrantes do bloco de controle da Invepar, detentoras de 24,44% do capital social desta sociedade, tendo sido aprovada, por maioria, a versão final do Plano de Recuperação Judicial na Assembleia Geral dos Credores realizada em 17.12.2015.

No Plano de Recuperação Judicial, está prevista a alienação dos ativos do Grupo OAS e, dentre eles, a UPI Invepar, ou melhor, as Ações Invepar, as quais somente poderão ser alienadas, exclusivamente, por meio de leilão judicial, na modalidade de propostas fechadas, com a observância do preço mínimo de R\$1.350.000, nas condições estabelecidas no referido Plano.

A Cláusula 5.1, inciso (vii) do Contrato de Compra e Venda da UPI Invepar (“SPA”), anexo e parte integrante do Plano de Recuperação Judicial, prevê como condição precedente, a celebração de instrumento pelo Grupo OAS outorgando à Invepar e suas Subsidiárias a ampla quitação em relação a quaisquer atos, fatos, atividades, omissões, direitos de ação ou eventos ocorridos antes da ou na Data de Fechamento decorrentes de ou nos termos de qualquer contrato, Demanda ou Lei aplicável (incluindo, sem limitação, dividendos ou lucros), exceto unicamente pelas Demandas Excluídas.

As Demandas Excluídas estão discriminadas no Anexo 5.1 (vii) do SPA, no qual consta a previsão de que o Grupo OAS e suas Afiliadas renunciam quaisquer Demandas contra a Invepar e suas Subsidiárias em relação à CART, salvo se a Invepar ou a CART derem início a qualquer processo contra o Grupo OAS ou suas Afiliadas, que tenha por objeto pedido de recebimento de indenização ou compensação por perdas e danos decorrentes dos trabalhos de construção realizados pelo Grupo OAS ou suas Afiliadas no passado.

Nesta hipótese, o Grupo OAS ou suas Afiliadas poderão apresentar reconvenção nos autos do Processo com pedido de recebimento de valor agregado que não exceda o menor valor entre (a) R\$457.000 e (b) o valor efetivamente pleiteado pela CART a título de perdas e danos, o que poderá incluir a cobrança de valores que o Grupo OAS ou suas Afiliadas teriam direito a receber da Invepar ou da CART.

Pela renúncia da OAS expressa no SPA, e ainda pela intenção da administração da CART de não iniciar qualquer processo contra a OAS, busca-se o encerramento amistoso da relação contratual.

Os fatos resumidos acima respaldam as conclusões alcançadas pela administração da CART de que nenhum passivo é devido pela Companhia oriundo do desfecho do referido contrato de construção com a OAS.

Remuneração dos Administradores

Em 29 de abril de 2016, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$3.177.

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica, em 31 de março de 2016 foi pago o montante de R\$530 (R\$372 em 31 de março de 2015).

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Pró-labore	386	280
Bônus variáveis	206	196
Encargos	77	56
Outros benefícios	<u>67</u>	<u>36</u>
	<u>736</u>	<u>568</u>

Em 31 de março de 2016, a Companhia provisionou o montante de R\$206 (R\$196 em março de 2015), de participação/bônus para os administradores.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e não efetua contrato de longo prazo com Administradores.

13. RECEITA DIFERIDA

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 16 de março de 2039, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 53.067, sendo R\$ 11.662 recebidos em 2011 e R\$ 41.405 em 2012, equivalente ao montante total dos serviços contratados. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2016 é de R\$ 45.280, montante este que se encontra segregado entre passivo não circulante, R\$ 43.309, e passivo circulante, R\$ 1.971.

Em 23 de dezembro 2010, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica o qual teve seu 1º aditivo assinado em 30 de junho de 2011 e 2º aditivo em 31 de maio de 2012. Em 30 de julho de 2015, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 4.874, equivalente ao montante total dos serviços relativos ao terceiro ano do contrato. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2016 é de R\$ 1.625, montante este registrado no passivo circulante.

Em 3 de julho de 2012, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica. No primeiro semestre de 2015 ocorreu à renovação automática do contrato, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 2.160, equivalente ao montante total dos serviços relativos ao terceiro ano do contrato. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2016 de R\$ 1.092, montante este registrado no passivo circulante.

Em 11 de abril de 2013, 3 de junho de 2013 e 27 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou 18 contratos referentes à ocupação da faixa de domínio a título precário e oneroso. Em fevereiro de 2015, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 37 referente à primeira anuidade de 1 contrato. Em maio de 2015, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 187 referente à segunda anuidade dos 6 primeiros contratos. Em julho de 2015, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 345 referente à segunda anuidade de 8 contratos. Em setembro de 2015, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 25 referente à segunda anuidade de 3 contratos. Em janeiro de 2016 recebeu antecipadamente a segunda anuidade de 1 contrato R\$ 41. Em 31 de março de 2016 o saldo de receita a apropriar referente ao segundo ano dos contratos é de R\$ 155, montante este registrado no passivo circulante.

Em 13 de novembro de 2014, a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 12 de novembro de 2034, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 4.649, equivalente ao montante total dos serviços contratados. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2016

é de R\$ 4.328, montante este que se encontra segregado entre passivo não circulante, R\$ 4.096, e passivo circulante, R\$ 232.

Em 2015 a Companhia celebrou outros 6 contratos referentes à ocupação da faixa de domínio a título precário e oneroso, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 33, equivalente ao montante total dos serviços contratados. Em janeiro de 2016, a Companhia recebeu antecipadamente R\$ 6 referente segunda anuidade de um contrato. O saldo da receita a apropriar em 31 de março de 2016 é de R\$20, montante este registrado no passivo circulante.

Em fevereiro e março de 2016, a Companhia celebrou outros quatro contratos referentes à ocupação da faixa de domínio a título precário e oneroso, a Companhia recebeu antecipadamente R\$2. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2016 é de R\$2, montante este registrado no passivo circulante.

Os valores estão sendo apropriados ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados e pelo prazo de locação contratado.

<u>Receita diferida</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
TIM Celular S.A.	49.608	50.157
OI Móvel S.A.	1.092	1.629
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL	1.780	3.098
Outros	<u>22</u>	<u>22</u>
	<u>52.502</u>	<u>54.906</u>
Circulante	5.097	6.958
Não circulante	<u>47.405</u>	<u>47.948</u>

14. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2016 é:

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u> <u>31/03/2016</u>
Não circulante	<u>67.804</u>	<u>1.652</u>	<u>69.456</u>
Total	<u>67.804</u>	<u>1.652</u>	<u>69.456</u>

A taxa real para cálculo do valor presente para os projetos provisionados até 31 de março de 2016 é de 9,16% a.a.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 15 de março de 2016 e 28 de março de 2016, ocorreu à integralização do aumento de capital na Companhia nos valores de R\$35.000 e R\$ 5.000, respectivamente, o aumento de capital foi aprovado em 02/12/2015, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária no montante de R\$133.000, mediante emissão de 227.511.745 ações ordinárias e 227.511.745 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2016, o capital subscrito da Companhia é de R\$1.035.000 (R\$ 1.035.000 em 31 de dezembro de 2015), sendo, R\$1.024.000 integralizadas e R\$ 11.000 a integralizar, representado por 1.982.862.362 ações, sendo 991.431.181 ações preferenciais e 991.431.181 ações ordinárias, integralmente subscritas pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR.

As ações preferenciais não terão direito a voto e possuirão os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e terão, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

16. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

RECEITA POR NATUREZA	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receita bruta de pedágio	75.306	65.423
Receitas acessórias	2.496	2.308
Receita de construção	<u>29.144</u>	<u>12.143</u>
Total da receita bruta	106.946	79.874
Deduções da receita	<u>(6.778)</u>	<u>(5.925)</u>
PIS Cumulativo - Receita de pedágio	(489)	(425)
COFINS Cumulativo - Receita de pedágio	(2.259)	(1.964)
ISS - Receita de pedágio	(3.793)	(3.319)
Abatimento - Receita de pedágio	(6)	(4)
PIS - Receita acessória	(41)	(38)
COFINS - Receita acessória	<u>(190)</u>	<u>(175)</u>
Total da receita líquida	<u>100.168</u>	<u>73.949</u>

CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Pessoal e encargos	(10.180)	(10.037)
Conservação e manutenção	(6.025)	(6.153)
Seguros e garantias	(490)	(392)
Serviços de terceiros	(3.124)	(3.092)
Veículos	(1.401)	(1.206)
Consultoria e assessoria	(589)	(730)
Aluguéis e impostos	(426)	(221)
Energia elétrica	(766)	(614)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	83	(190)
Provisão para riscos	20	(442)
Serviços compartilhados	(2.166)	(2.019)
Provisão de manutenção	(1.652)	(5.688)
Outorga variável	(1.167)	(1.016)
Depreciação e amortização	(23.598)	(22.557)

Custo de construção	(28.855)	(12.023)
Outros	<u>(5.325)</u>	<u>(3.025)</u>
	<u>(85.661)</u>	<u>(69.405)</u>
Custo de serviços prestados	(45.881)	(47.748)
Despesas gerais e administrativas	(10.885)	(9.633)
Outras despesas operacionais	(40)	(1)
Custo de construção	<u>(28.855)</u>	<u>(12.023)</u>
	<u>(85.661)</u>	<u>(69.405)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	<u>4.293</u>	<u>3.037</u>
	<u>4.293</u>	<u>3.037</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(104)	(96)
Juros sobre empréstimos	(20.388)	(19.170)
Juros sobre debentures	(13.511)	(12.338)
Custo de captação	(50)	(718)
Variação monetária passiva	(38.914)	(35.372)
Outras	<u>(7)</u>	<u>(3)</u>
	<u>(72.975)</u>	<u>(67.697)</u>
Resultado financeiro	<u>(68.682)</u>	<u>(64.600)</u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período de três meses findos em 31 de março de 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2016</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico			
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(26.784)	(26.784)	(53.568)
Denominado básico e diluído			
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>921.578</u>	<u>921.578</u>	<u>1.843.156</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	(0,029)	(0,029)	(0,029)

	31/03/2015		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico			
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(29.802)	(29.803)	(59.605)
Denominado básico e diluído			
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>583.383</u>	<u>583.384</u>	<u>1.166.767</u>
	(0,051)	(0,051)	(0,051)
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)			

A Companhia não possui instrumentos diluidores nos períodos findos em 31 de março de 2016, não havendo diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. COMPROMISSOS COM A CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível.
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários.
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes.
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000 a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual de 3% aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias

efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de março de 2016, era de R\$402 (R\$415 em 31 de dezembro de 2015).

Durante o período findo em 31 de março de 2016, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$1.180 (R\$4.419 em 31 de dezembro de 2015) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$55.528. Vigência mínima de 12 meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$130.573. Vigência de 12 meses.

d) Recursos financeiros

A Companhia iniciou suas operações em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos iniciais e do pagamento da outorga fixa foram obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

20. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	R\$55.528	16/03/2016 a 16/03/2017	Pottencial Seguradora	(a)
Garantia funções operacionais	R\$130.573	16/03/2016 a 16/03/2017	Pottencial Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$100.000	01/08/2015 a 01/08/2016	Allianz Seguros	(c)
Riscos operacionais	R\$280.000	01/08/2015 a 01/08/2016	Bradesco Seguro	(d)
D&O	R\$100.000	21/09/2015 a 21/09/2016	XL Seguros	-
Danos materiais	R\$15.672	13/01/2016 a 13/01/2017	Tokio Marine	-

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviária do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Publica Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

	31/03/2016		31/12/2015	
	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Custo amortizado</u>
<u>Instrumentos financeiros</u>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7.772	-	14.227	-
Aplicação financeira	103.794	-	137.720	-
Parte relacionada	-	520	-	537
Créditos a receber	-	17.923	-	16.672
Total do ativo	<u>111.566</u>	<u>18.443</u>	<u>151.947</u>	<u>17.209</u>
Passivos				
Fornecedores	-	16.199	-	17.596
Parte relacionada	-	2.269	-	2.581
Empréstimos e financiamentos	-	843.910	-	901.721
Debêntures	-	920.889	-	880.396
Obrigações com poderes concedentes	-	402	-	415
Total do passivo	<u>-</u>	<u>1.783.669</u>	<u>-</u>	<u>1.802.709</u>

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 31 de março de 2016 tinham o valor de R\$ 856.881 (R\$ 819.727 em 2015).

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

<u>Mensurados a valor justo - Ativos financeiros</u>	<u>31/03/2016</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Equivalente de caixa	6.415	-	6.415	
Aplicações financeiras	<u>103.794</u>	<u>-</u>	<u>103.794</u>	<u>-</u>
Total	<u>110.209</u>	<u>-</u>	<u>110.209</u>	<u>-</u>

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros	31/03/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Debêntures	856.881	-	856.881	-
Total	856.881	-	856.881	-

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	12.145	-	12.145	-
Aplicações financeiras	137.720	-	137.720	-
Total	149.865	-	149.865	-

Mensurados a valor justo - Passivos financeiros	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Debêntures	819.727	-	819.727	-
Total	819.727	-	819.727	-

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

d) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Indicador	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
Ativo financeiro			
CDI	14,13%	10,60%	7,01%
IPCA	9,39%	5,63%	3,75%
Passivo financeiro			
CDI	14,13%	17,67%	21,20%
IPCA	9,39%	11,74%	14,09%
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

a) Ativo financeiro

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Equivalente de caixa	DI	6.415	1.598	1.186	783
Aplicação financeira	DI	103.794	11.548	8.602	5.704

a) Passivo financeiro (*)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Bradesco	CDI	30.580	5.497	6.286	7.069
Debêntures	IPCA	492.239	72.581	83.952	95.312
Debêntures	IPCA	479.609	71.894	82.990	94.073
BNDES	TJLP	503.139	50.785	67.269	83.773
BNDES	IPCA	310.190	47.651	54.387	61.117

*O cálculo da sensibilidade é acrescido de Spread.

No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP, IPCA e CDI, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

f) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 31 de março de 2016, a Companhia apresenta valores a receber de R\$19.096 sendo que os valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A

representam 87,14% deste, ou seja, R\$16.645, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Via Fácil”), registrados na rubrica “Contas a receber”. Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

g) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

h) Valores de mercado

Em 31 de março de 2016, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas informações financeiras trimestrais, devido à sua natureza de curto prazo.

i) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

<u>31 de março de 2016</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	843.910	-	-	-	843.910
Debêntures	24.326	43.673	148.430	704.460	920.889
Fornecedores	16.199	-	-	-	16.199

<u>31 de dezembro de 2015</u>	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	901.721	-	-	-	901.721
Debêntures	8.573	46.055	149.432	676.336	880.396
Fornecedores	17.596	-	-	-	17.596

j) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Empréstimos e financiamentos	843.910	901.721
Debêntures	920.889	880.396
Caixa e equivalentes de caixa	(7.772)	(14.227)
Aplicações financeiras	<u>(103.794)</u>	<u>(137.720)</u>
Dívida líquida	1.653.233	1.630.170
Patrimônio líquido	<u>463.366</u>	<u>476.934</u>
Índice de endividamento líquido	<u>2.116.599</u>	<u>2.107.104</u>

22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	3.790	14.640

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de abril de 2016, ocorreu à integralização do aumento de capital na Companhia no valor de R\$11.000, o aumento de capital foi aprovado em 02/12/2015, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária no montante de R\$133.000, mediante emissão de 227.511.745 ações ordinárias e 227.511.745 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Em 27 de abril de 2016, ocorreu à integralização do aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 10.500, o aumento foi aprovado em 15/04/2016, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, no montante de R\$ 145.000, mediante a emissão de 316.763.341 ações ordinárias e 316.763.341 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionaria Auto Raposo Tavares S.A.
Bauru SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionaria Auto Raposo Tavares S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de informações trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas nos 1 e 9 às informações financeiras intermediárias, que indicam que a Companhia apresenta passivo circulante em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$ 872.737 mil, causado principalmente pelo endividamento de curto prazo no montante de R\$ 868.236 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Diligências envolvendo acionista e partes relacionadas da Companhia

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa no 1.2 às informações financeiras intermediárias, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionista e partes relacionadas da Companhia no âmbito da operação lava jato. O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia não é conhecido.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à

intermediárias e requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 F RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor- Presidente e os demais Diretores executivos da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Issa Marar, nº 2-200, cidade de Bauru, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ 10.531.501/0001-58, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Concessionária relativa ao período de três meses findos em 31 de março de 2016.

Bauru, 13 de maio de 2016.

James Oliver Guerreiro Carneiro
Diretor Presidente

João Garcia Couri Neto
Diretor de Planejamento e Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor- Presidente e os demais Diretores executivos da Concessionária Auto Raposo Tavares S/A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. Issa Marar, nº 2-200, cidade de Bauru, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ 10.531.501/0001-58, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Concessionária referente ao período de três meses findos em 31 de março de 2016.

Bauru, 13 de maio de 2016.

James Oliver Guerreiro Carneiro
Diretor Presidente

João Garcia Couri Neto
Diretor de Planejamento e Relações com Investidores
